

RECONFIGURANDO SABERES: O PAPEL DAS TECNOLOGIAS NO CURRÍCULO CONTEMPORÂNEO

DOI: 10.5281/zenodo.17246148

Aline Rodrigues Fernandes

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University

Geny Graziela Rodrigues Froés

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University

Larissa Lima Gouveia

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University

RESUMO: O cenário educacional contemporâneo é profundamente impactado pelas transformações tecnológicas que atravessam a sociedade, exigindo que a escola repense suas práticas pedagógicas e incorpore, de forma significativa, as tecnologias digitais ao currículo. A BNCC, homologada em 2018, reconhece esse papel central das tecnologias no desenvolvimento das competências do século XXI. No entanto, a efetivação dessa proposta enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, formação docente e à necessidade de um uso crítico e consciente das ferramentas digitais. Diante disso, o estudo propõe analisar como o documento normatizador citado orienta a integração das tecnologias na educação básica e quais as potencialidades e os limites dessa proposta para uma prática pedagógica transformadora. Por meio de pesquisa bibliográfica, fundamentada em estudos de autores que discutem educação e tecnologia, busca-se compreender o papel social das tecnologias e o protagonismo do professor como mediador crítico. A estrutura do trabalho divide-se em duas partes: a primeira discute as diretrizes da BNCC (2018) sobre o uso das tecnologias e os desafios para sua implementação; a segunda analisa o papel do docente à luz da pedagogia libertadora de Paulo Freire (1996). O estudo defende que, para ser transformadora, a tecnologia deve ser mediada com consciência, justiça social e compromisso emancipatório.

Palavras-chave: Tecnologia. Educação. Emancipação.

ABSTRACT: The contemporary educational landscape is profoundly impacted by the technological transformations sweeping society, requiring schools to rethink their pedagogical practices and meaningfully incorporate digital technologies into the curriculum. The BNCC (National Curricular Framework for Basic Education), approved in 2018, recognizes the central role of technologies in developing 21st-century skills. However, implementing this proposal faces challenges related to infrastructure, teacher training, and the need for critical and conscious use of digital tools. Therefore, this study aims to analyze how the aforementioned regulatory document guides the integration of technologies into basic education and the potential and limitations of this proposal for transformative pedagogical practice. Through bibliographical research, based on studies by authors who discuss education and technology, the study seeks to understand the social role of technologies and the role of the teacher as a critical mediator. The work is divided into two parts: the first discusses the BNCC (2018) guidelines on the use of technologies and the challenges of their implementation; The second analyzes the role of the teacher in light of Paulo Freire's (1996) liberating pedagogy. The study argues that, to be transformative, technology must be mediated with awareness, social justice, and emancipatory commitment.

Keywords: Technology. Education. Emancipation.

1 Introdução

Vivemos em uma era marcada por intensas transformações tecnológicas que afetam diretamente todos os aspectos da vida em sociedade, especialmente os processos educativos. Nesse cenário, a escola, enquanto espaço formativo essencial, é convocada a ressignificar suas práticas e a incorporar as tecnologias digitais como elementos estruturantes do currículo e da aprendizagem.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018, surge como um documento orientador que reconhece o papel central das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no desenvolvimento das competências exigidas pelo século XXI. Contudo, embora a BNCC (2018) aponte caminhos promissores para a integração das tecnologias na educação básica, sua efetiva implementação ainda enfrenta inúmeros desafios.

A problemática que se impõe, portanto, refere-se à forma como a escola pode, de fato, incorporar as tecnologias digitais de maneira crítica, inclusiva e significativa, ultrapassando o uso meramente instrumental e contribuindo para a formação de sujeitos autônomos e preparados para uma sociedade em constante transformação. A partir disso, formula-se a seguinte questão norteadora: como a BNCC (2018) propõe a inserção das tecnologias no contexto educacional e quais são os desafios e potencialidades dessa integração para uma prática pedagógica transformadora?

O objetivo geral deste estudo é analisar criticamente o papel das tecnologias digitais na educação básica segundo a BNCC (2018), investigando as possibilidades e os limites dessa proposta à luz de uma perspectiva pedagógica libertadora. Para tanto, adota-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, com base em documentos oficiais, como a própria BNCC (2018) e em autores que refletem sobre educação, tecnologia e formação docente, como Freire (1996), Silva (2016) e Marques (2024) e Sousa, Pinel e Melo (2018). Esta abordagem permite uma reflexão sobre o tema, articulando as diretrizes normativas com as vivências e realidades escolares.

A justificativa para este estudo reside na necessidade de compreender a função social da tecnologia na educação, especialmente no contexto de desigualdades estruturais e de exclusões digitais que ainda marcam o cenário educacional brasileiro. Além disso, destaca-se a importância de refletir sobre o papel do docente como mediador crítico, que, fundamentado em uma pedagogia freireana, seja capaz de transformar as tecnologias em ferramentas de emancipação e não de alienação.

Este trabalho está organizado em duas partes principais. Na primeira, intitulada “A Tecnologia no Contexto Educacional Segundo a BNCC de 2018: Potencialidades e Desafios”, discute-se o reconhecimento da tecnologia como elemento do currículo e os entraves estruturais e formativos para sua efetiva aplicação.

Na segunda parte, “Mediação Crítica do Docente e Tecnologias Digitais: Educação como Prática Libertadora e Transformadora na Educação Básica”, explora-se o papel do professor como agente de transformação, com base no pensamento de Paulo Freire (1996), enfatizando a importância de uma mediação ética, crítica e inclusiva no uso das tecnologias. Juntas, essas seções visam contribuir para a construção de uma educação que una inovação e compromisso social, potencializando as tecnologias como aliadas da liberdade, da equidade e da transformação histórica.

Conclui-se que a tecnologia, integrada pela BNCC ao currículo, exige mediação docente crítica para promover uma educação inclusiva e transformadora. Fundamentada em Freire, essa prática valoriza a autonomia, a justiça social e a emancipação dos sujeitos.

2 Entre Diretrizes e Práticas: A Tecnologia como Eixo da Educação Contemporânea

2.1 A Tecnologia no Contexto Educacional Segundo a BNCC de 2018: Potencialidades e Desafios

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída em 2018, representa um marco regulatório fundamental para a organização do ensino básico no Brasil, ao definir direitos de aprendizagem essenciais e estabelecer parâmetros que orientam as práticas pedagógicas em todo o país. No contexto contemporâneo, marcado pela intensa transformação digital e pela onipresença das tecnologias da informação e comunicação (TICs), a BNCC (2018) reconhece a necessidade de integrar essas ferramentas ao processo educativo, destacando seu papel como facilitadoras do desenvolvimento integral dos estudantes.

A partir disso, a incorporação da tecnologia na educação, conforme delineado pela BNCC (2018), transcende o mero uso instrumental para configurar-se como elemento constitutivo do currículo, que deve promover competências para a vida no século XXI.

Ao enfatizar a integração das tecnologias digitais, a BNCC (2018) aponta para a

urgência de preparar os alunos para atuarem em uma sociedade complexa e conectada, em que o acesso e a produção de informações são dinâmicos e multifacetados. Isso é refletido na inclusão explícita da competência digital como uma das competências gerais do currículo nacional, estabelecendo que o educando deve “utilizar diferentes linguagens, verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo” (BRASIL, p.9, 2018). Assim, a tecnologia deixa de ser um recurso auxiliar e passa a ser um meio para desenvolver a autonomia, o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de resolução de problemas.

No entanto, a implementação dessa perspectiva traz desafios significativos, sobretudo no que se refere à formação docente, infraestrutura e equidade de acesso. Os estudos de Marques (2024) ressaltam que o simples acesso às tecnologias não garante a apropriação crítica e significativa dessas ferramentas. Para que a tecnologia cumpra seu papel pedagógico, é imprescindível que os professores estejam capacitados para integrá-la a suas práticas de forma planejada e contextualizada, potencializando o aprendizado e o engajamento dos estudantes. Além disso, a disparidade no acesso a dispositivos digitais e à internet ainda representa uma barreira relevante, especialmente nas regiões menos favorecidas, o que requer políticas públicas efetivas para assegurar a democratização tecnológica na educação.

Do ponto de vista científico, o embasamento para a integração das tecnologias na BNCC (2018) encontra respaldo em estudos que indicam que o uso mediado e intencional das TICs pode ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem, favorecendo a personalização do ensino, a interação colaborativa e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Os estudos de Marques (2024) e Silva (2016) mostram que ambientes digitais estimulam o protagonismo estudantil e possibilitam múltiplas formas de expressão e investigação, aspectos alinhados com as competências gerais estabelecidas pelo documento normativo.

Em síntese, a BNCC de 2018 reconhece e valoriza o papel das tecnologias no contexto educacional como instrumentos essenciais para a formação integral dos estudantes diante dos desafios do século XXI. Entretanto, para que essa integração seja efetiva, é necessário superar os obstáculos relativos à formação docente, infraestrutura e desigualdades de acesso, garantindo que a tecnologia contribua para uma educação inclusiva, crítica e transformadora. Dessa forma, o documento normatizador não apenas estabelece diretrizes, mas também provoca uma reflexão necessária sobre a reconfiguração do ensino e do papel da escola na era digital.

2.2. Mediação Crítica do Docente e Tecnologias Digitais: Educação como Prática Libertadora e Transformadora na Educação Básica

A contemporaneidade apresenta um cenário educacional profundamente marcado pela presença crescente das tecnologias digitais, exigindo uma reflexão crítica sobre o papel do docente na mediação desses recursos. Silva (2016) e Sousa, Pinel e Melo (2018) ressaltam que na educação básica, essa mediação deve ir além da simples operacionalização dos dispositivos tecnológicos e assumir uma postura ética, crítica e transformadora. Fundamentando-se na filosofia pedagógica de Paulo Freire (1996), especialmente em Pedagogia da Autonomia, compreende-se que o professor é um agente fundamental na formação de sujeitos críticos, conscientes e autônomos, capazes de utilizar as tecnologias como instrumentos de resistência e transformação social.

Freire (1996) sustenta que a educação deve ser um ato de liberdade, um processo dialógico em que educadores e educandos constroem o conhecimento conjuntamente, em constante problematização da realidade. Assim como afirmam Sousa, Pinel e Melo (2018) e Silva (2016), no contexto da mediação tecnológica, essa perspectiva convida o docente a desenvolver uma pedagogia que vá além do uso instrumental da tecnologia para o ensino de conteúdos pré-determinados.

Para Sousa, Pinel e Melo (2018), o professor deve promover uma postura crítica, instigando os alunos a questionar não apenas os conteúdos digitalizados, mas também os contextos sociais, econômicos e culturais que permeiam a produção e circulação da informação nas plataformas digitais.

Essa mediação consciente implica reconhecer que as tecnologias digitais não são neutras, mas carregam em si interesses políticos, econômicos e ideológicos. Assim, como corroboram Sousa, Pinel e Melo (2018), o professor, como mediador, precisa orientar os estudantes a desenvolver habilidades críticas para a leitura e interpretação dos conteúdos digitais, promovendo uma alfabetização midiática que permita desconstruir discursos hegemônicos e identificar formas de manipulação e exclusão. Tal prática pedagógica dialoga diretamente com o conceito freireano de educação problematizadora, que visa despertar a consciência crítica e histórica dos educandos.

Ademais, Freire (1996) destaca que a autonomia do educando é condição *sine qua non* para a verdadeira aprendizagem. A mediação do docente, nesse sentido, deve favorecer ambientes em que o aluno seja protagonista do seu processo educativo, utilizando as tecnologias

como ferramentas para a construção do conhecimento e para a ação transformadora. Para Freire (1996) e Sousa, Pinel e Melo (2018), essa postura rompe com a educação bancária, na qual o aluno é mero receptor passivo, e promove a emancipação intelectual e social, preparando-o para intervir criticamente na realidade que o cerca.

Outro aspecto relevante na mediação crítica do docente é a dimensão inclusiva e ética da utilização das tecnologias. Para Silva (2016) e Sousa, Pinel e Melo (2018), o professor deve estar atento às desigualdades estruturais que permeiam o acesso digital e buscar estratégias pedagógicas que promovam a democratização do uso das ferramentas digitais. A educação, assim, torna-se um espaço de combate às exclusões digitais e sociais, alinhando-se com a perspectiva freireana da educação como prática de liberdade que busca a equidade e a justiça social.

Em suma, a mediação do docente na utilização crítica e consciente das tecnologias digitais na educação básica, fundamentada nos princípios de Paulo Freire (1996), transcende a mera operacionalização técnica e se configura como uma prática ética, política e emancipadora. Ao promover uma educação dialógica, problematizadora e inclusiva, o professor contribui para a formação de sujeitos autônomos e críticos, capazes de transformar historicamente sua realidade social. Essa mediação não apenas potencializa o processo pedagógico, mas também reafirma a função social da escola enquanto espaço de resistência, cidadania e transformação.

3 Considerações Finais

As considerações finais deste estudo reforçam a centralidade da tecnologia como eixo estruturante da educação contemporânea, especialmente a partir das diretrizes estabelecidas pela BNCC (2018). Ao reconhecer a tecnologia como parte essencial do currículo, a BNCC (2018) propõe uma educação alinhada às demandas da sociedade digital, promovendo competências que vão além da instrumentalização e estimulam o pensamento crítico, a criatividade, a colaboração e a autonomia dos estudantes. No entanto, os desafios persistem, sobretudo no que diz respeito à formação de professores, à desigualdade de acesso e à criação de ambientes educacionais realmente inclusivos e democráticos. Superar essas barreiras é condição indispensável para que a integração tecnológica na educação ocorra de maneira equitativa, significativa e transformadora.

Nesse contexto, destaca-se a mediação crítica do docente como elemento-chave para que o uso das tecnologias digitais seja efetivamente emancipador. Inspirada na pedagogia libertadora de Paulo Freire, essa mediação pressupõe uma prática pedagógica consciente, ética

e dialógica, que compreende o estudante como sujeito ativo de sua aprendizagem e da transformação social. A atuação do professor, portanto, deve ir além do domínio técnico e buscar uma intencionalidade educativa que promova a leitura crítica do mundo digital, a problematização da realidade e a construção coletiva do conhecimento. Assim, a educação tecnológica, quando pautada por princípios democráticos, torna-se instrumento de liberdade, cidadania e justiça social, reafirmando o papel da escola como espaço de formação integral e humanizadora.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 07 jul. 2025.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MARQUES, C. E. T. Impacto das tecnologias colaborativas na educação moderna. 2024. Disponível em: <https://cemipa.com.br/revistas/index.php/missioneira/article/view/133>. Acesso em: 07 jul. 2025.
- SILVA, E. G. Educação e tecnologia: Desafios e possibilidades a prática docente. 2016. Disponível em: https://aeda.edu.br/wp-content/uploads/2016/08/REVISTA-SINTESE_04.pdf. Acesso em: 08 jul. 2025.
- SOUSA, C. S. de; PINEL, H.; MELO, D. C. F. de. Paulo Freire: o uso crítico sobre as tecnologias na educação. 2018. Disponível em: <https://www.artefactumjournal.com/index.php/artefactum/article/view/1634>. Acesso em: 08 jul. 2025.